



## EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 05/2026

INEXIGIBILIDADE Nº 02/2026

CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CREDENCIAMENTO Nº 01/2026

A Prefeitura Municipal de Vitor Meireles torna público que realizará um procedimento licitatório na modalidade de CREDENCIAMENTO, conforme as especificações detalhadas neste Edital e em seus Anexos.

O procedimento licitatório que dele resultar obedecerá, integralmente nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e do Decreto Municipal nº 012, de 30 de março de 2023, e as exigências estabelecidas neste Edital, e demais legislações aplicáveis.

**RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS:** Das **08:00 do dia 30/01/2026** por prazo indeterminado. A vigência do presente credenciamento iniciará da data da publicação, e continuará vigente até o advento de novo credenciamento que altere as condições aqui estabelecidas.

**ENDEREÇO DE ENVIO:** Exclusivamente no e-mail [compras@vitormeireles.sc.gov.br](mailto:compras@vitormeireles.sc.gov.br) ou protocolo físico na recepção da prefeitura municipal.

**REFERÊNCIA DE TEMPO:** horário de Brasília (DF).

**MODO DE DISPUTA:** Contratação paralela e não excludente, nos termos do art. 79, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021, mediante credenciamento de todos os interessados que atendam integralmente às condições, exigências técnicas, jurídicas e operacionais estabelecidas neste edital, sem caráter competitivo ou classificatório, assegurada a isonomia, a transparência, a impessoalidade e a ampla participação, observada a contratação conforme a necessidade da Administração Pública.

**CREDENCIAMENTO DE EMPRESAS ESPECIALIZADAS PARA SERVIÇOS DE CASTRAÇÃO DE CÃES E GATOS ATRAVÉS DA SECRETARIA.**

Vitor Meireles, 26 de janeiro de 2026.

**MARCELO DAROLT**  
Prefeito municipal





## EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 05/2026

INEXIGIBILIDADE Nº 02/2026

CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CREDENCIAMENTO Nº 01/2026

O MUNICÍPIO DE VITOR MEIRELES, inscrito no CNPJ sob o nº 79.372.520/0001-85, com sede na Rua Santa Catarina, nº 2.266, Bairro Centro, nesta cidade de Vitor Meireles/SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal MARCELO DAROLT, no uso de suas atribuições legais, torna público que realizará **procedimento auxiliar de CREDENCIAMENTO**, com fundamento no **art. 79, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021**, por se tratar de contratação **paralela e não excludente**, destinada ao credenciamento de todos os interessados que atendam integralmente às condições estabelecidas neste edital, observados os princípios da legalidade, impessoalidade, isonomia, publicidade, eficiência e do disposto no **art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal de 1988**, conforme objeto a seguir especificado.

### 1. DO OBJETO

1.1. O presente processo tem como objeto A **CREDENCIAMENTO DE EMPRESAS ESPECIALIZADAS PARA SERVIÇOS DE CASTRAÇÃO DE CÃES E GATOS ATRAVÉS DA SECRETARIA**. Tudo de acordo com os termos abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

- 1.1.1. As condições específicas para a prestação de serviços, bem como os valores, estão previstas no termo de referência em anexo do edital.
- 1.1.2. Os interessados deverão atuar no ramo de atividade compatível com o objeto deste credenciamento.
- 1.2. Os interessados deverão requerer o credenciamento na forma do item 3 deste edital.
- 1.3. Não poderão participar do credenciamento os interessados:

I – impedidos de contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Estado de Santa Catarina, nos termos do art. 156, III, § 4º, da Lei n.º 14.133/2021;

II – suspensos de participar de licitações e impedidos de contratar, nos termos da Lei n.º 14.133/2021 e demais legislação vigente;

III – declarados inidôneos para licitar ou contratar com a Administração Pública, na forma do art. 156, IV, § 5º, da Lei n.º 14.133/2021 e demais legislação vigente;

IV – estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa e judicialmente;





PREFEITURA MUNICIPAL

# Vitor Meireles

Gabinete do Prefeito

V – aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

VI – pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

VII - pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

VIII – empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si; e

IX - direta ou indiretamente da licitação ou da execução de contrato, o agente público de órgão ou entidade licitante ou contratante, nos termos do art. 9º, § 1º, da Lei n.º 14.133/21;

1.4. O serviço a ser contratado:

N.	Descrição	Qut.	Medida	Valor Un.	Valor total
1	Orquiectomia (Machos) e Ovario-Salpingo-Histerectomia (Fêmeas) em felinos e caninos, incluso medicação pós operatório para 3 dias	135	UN	R\$210,00	<b>R\$28.350,00</b>
2	Aplicação de Microchip com tecnologia NFC ou modelo simples (com microchip incluso)	135	UN	R\$50,00	<b>R\$6.750,00</b>
					<b>R\$0,00</b>
					<b>R\$0,00</b>
<b>Total</b>					<b>R\$35.100,00</b>

Total: **R\$35.100,00** (trinta e cinco mil e cem reais).

1.5. O valor da tabela acima é o valor máximo que será gasto pelo município com a presente contratação, o detalhamento dos procedimentos a serem realizados encontrasse anexo ao termo de referência – anexo I.





## 2. INFORMAÇÕES

- 2.1. O inteiro teor deste edital e seus anexos ficarão à disposição dos interessados no endereço eletrônico municipal: <https://vitormeireles.sc.gov.br>
- 2.2. O presente credenciamento será publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina: <https://www.diariomunicipal.sc.gov.br/> e entra vigência a partir de sua publicação, conforme item 11.
- 2.3. Esclarecimentos sobre a inscrição no credenciamento serão prestados pelos e-mails [agricultura@vitormeireles.sc.gov.br](mailto:agricultura@vitormeireles.sc.gov.br) ou pelo telefone (47) 3258- 0211.
- 2.4. Qualquer cidadão ou interessado poderá impugnar os termos deste edital, a qualquer tempo, o que não terá efeito de recurso.
  - 2.4.1. As impugnações serão conhecidas se dirigidas diretamente ao setor de protocolo municipal ou enviada em formato PDF, com tamanho máximo de 10 megabytes aos endereços eletrônicos relacionados no subitem 2.3.
- 2.5. Não serão conhecidas as impugnações protocolizadas por meio diverso do previsto no subitem anterior.
- 2.6. O acolhimento ou não das impugnações serão disponibilizados no site, conforme subitem 2.1. e comunicados por e-mail ao solicitante.

## 3. REQUERIMENTO DE CREDENCIAMENTO

- 3.1. O requerimento de credenciamento e os documentos necessários à habilitação deverão ser encaminhados exclusivamente por meio eletrônico, em formato digital (PDF), para o endereço de e-mail indicado neste edital, dentro do prazo e das condições nele estabelecidas.
  - 3.1.1. Os documentos deverão ser enviados em um único e-mail, devidamente identificados no campo “assunto”, contendo obrigatoriamente as seguintes informações:

**E-mail para encaminhamento:** [compras@vitormeireles.sc.gov.br](mailto:compras@vitormeireles.sc.gov.br)

**Assunto do e-mail:**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 05/2026 –CREDENCIAMENTO Nº 01/2026 –  
DOCUMENTAÇÃO DE CREDENCIAMENTO**

**No corpo do e-mail deverão constar:**

**Razão social da empresa;**

**CNPJ;**

**Endereço completo;**

**Telefone para contato;**





**Endereço eletrônico (e-mail);**

- 3.1. O conjunto de documentos apresentados deverá conter:
  - I – requerimento de credenciamento, na forma do modelo disponível no Anexo II, datado e assinado pelo representante legal;
  - II – documentos necessários à habilitação previstos no item 4.
- 3.2. O requerimento de credenciamento não poderá conter emendas, rasuras, borrões ou entrelinhas que possam dificultar o reconhecimento de sua caracterização, considerada indispensável à sua validade.
  - 3.2.1. O requerimento apresentado de forma incompleta, rasurado ou em desacordo com o estabelecido neste edital será considerado inepto, podendo o interessado apresentar novo requerimento, escoimado das causas que ensejaram sua inépcia.
- 3.3. Os interessados que constituírem procuradores para representá-los no setor de licitações, deverão apresentar, além de todos os documentos relacionados no item 4 deste edital, os seguintes:
  - I – procuração, discriminando os poderes específicos, contendo a indicação do signatário com firma reconhecida, acompanhada do instrumento que comprove os poderes do signatário;
  - II – cópia da cédula de identidade, se o procurador for pessoa física;
- 3.4. Todos os documentos para o credenciamento deverão estar todos dentro do prazo de validade, quando protocolados, entregues em via original ou autenticados em cartório ou ainda, podendo ser autenticados pelo setor de licitações municipal.
  - 3.4.1. Os documentos que omitirem a validade serão considerados como válidos pelo período de 30 (trinta) dias, a contar da data de sua emissão.
  - 3.4.2. Não serão aceitos documentos com rasuras e/ou ilegíveis.

#### **4. DOCUMENTOS PARA O CREDENCIAMENTO**

##### **4.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA**

- I – Ato constitutivo ou contrato social vigente, via original ou autenticado, quando emitido através do site da Junta Comercial ficam dispensados de autenticação e serão aceitos se emitidos com data inferior a 60 (sessenta) dias;
- II – Comprovação da inscrição e de situação cadastral de pessoa jurídica;

##### **4.2. HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA**

- I – prova de regularidade perante a Fazenda Federal;





- II – prova de regularidade perante a Fazenda Estadual;
- III – prova de regularidade perante a Fazenda Municipal do domicílio da empresa proponente;
- IV – prova de regularidade perante o FGTS;
- IV – prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho.

#### 4.4. QUANTO À QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

I - Certidão Negativa de Pedido de Falência ou Concordata, expedida até 90 (noventa) dias antes da data limite para apresentação das propostas ou dentro da validade se estiver expressamente definida na certidão.

#### 4.5. DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR

- a) Comprovante que a empresa possui responsável técnico com registro profissional na entidade profissional de classe, através da apresentação de cópia de Identidade Profissional, expedida pelo Conselho regional da sua categoria.
- b) Comprovação do vínculo entre a empresa com o responsável técnico. Podendo por exemplo, ser sócio da empresa, contrato de prestação de serviço.
- c) Atestado de capacidade técnica emitida por pessoa jurídica de direito público ou privada, declarando que a proponente já realizou castração com a técnica do gancho de forma satisfatória e com baixa mortalidade.

#### 4.6. DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR

- I – Documento oficial de identidade contendo cadastro de pessoa física (CPF);
- II – Declarações obrigatórias, conforme modelo do Anexo III, que dispõe sobre:
  - a) declaração de que não é aquele que mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau com servidor municipal (devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação, inciso IV do artigo 14 da Lei n.º 14.133/21);
  - b) declaração de cumprimento da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - Lei n.º 13.709/2018, devendo utilizar do modelo anexo III deste edital;
  - c) declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de





ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, devendo utilizar o modelo anexo a este edital;

d) para fins do no inciso XXXIII do Art. 7º da Constituição Federal, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos. Ressalva: emprega menor a partir de quatorze anos na condição de aprendiz.

e) que não foi declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública, independente de sua natureza e esfera governamental;

f) que não é estrangeira sem representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa e judicialmente;

g) que não é impedido de transacionar com a Administração Pública, independente de sua natureza e esfera governamental;

h) que não possui, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, condenação judicial, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

i) que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, devendo utilizar o modelo anexo a este edital;

j) que são verdadeiras as informações prestadas no presente documento, sob pena de responsabilidade civil, administrativa e penal;

j) que conhece e aceita todas as condições do edital e anexos, estando plenamente ciente do teor e da extensão deste documento, que cumpre os requisitos de habilitação, que encaminha em anexo os documentos necessários;

## 5. ATUALIZAÇÃO DOS DADOS DA CREDENCIADA

5.1. Toda alteração que implique modificação das informações prestadas pela interessada para obtenção do credenciamento deverá ser enviado ao endereço eletrônico disposto no subitem 2.3 e o documento será juntado ao processo de credenciamento e registrado no sistema.

5.2. A credenciada deverá atualizar os seus dados cadastrais sempre que ocorrer mudança de endereço, conta de e-mail, telefone ou do representante legal.

5.3. A atualização dos dados da credenciada não alterará a condição do credenciamento já homologado.





## 6. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 6.1. As despesas do presente processo correrão por conta das dotações orçamentarias vigentes:

Código	Descrição
2026	
30	Referência
04	Secretaria de Agricultura, Silv. Pec. e Meio Ambie
001	Secretaria de Agricultura, Silv. Pec. e Meio Ambie
2009	RECUPERACAO E CONCIENTIZACAO AMBIENTAL
333903999000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica
150070000000	Recursos não vinculados de Impostos

## 7. ANÁLISE DOS PEDIDOS DE CREDENCIAMENTO

- 7.1. Os requerimentos para credenciamento serão analisados pela comissão composta pelo Agente de Contratação e equipe de Apoio designados através de Decreto Municipal, com vistas à homologação pela autoridade competente.
- 7.2. Os documentos emitidos por sistema eletrônico serão aceitos pela comissão se verificada sua autenticidade no site do órgão emissor ou diretamente a este, e no caso de impossibilidade de acesso à Internet, observa-se do que:
- 7.2.1. A comissão poderá suprir ou sanar, via internet, eventuais omissões ou falhas relativas aos documentos apresentados pelas interessadas, mediante a inserção de documentos;
- 7.2.2. Na impossibilidade de obtenção dos documentos em razão de insuficiência de informações ou de acesso aos sites oficiais de órgãos e/ou entidades emissoras, a comissão diligenciará à interessada para que, em 5 (cinco) dias úteis a partir da comunicação, apresente o que lhe for solicitado, sob pena de não obtenção do credenciamento.
- 7.2.3. A comissão verificará os novos documentos para aprovar ou não o requerimento de credenciamento ou sua atualização, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

## 8. HOMOLOGAÇÃO

- 8.1. Todos aqueles que preencherem os requisitos constantes neste edital terão seus requerimentos de credenciamento aprovados pela comissão.
- 8.2. A autoridade competente procederá a homologação de cada credenciamento, após instrução favorável da comissão.
- 8.3. Homologado o credenciamento, o mesmo estará disponível no site municipal e no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – site <https://www.diariomunicipal.sc.gov.br/>





- 8.4. A homologação do requerimento vincula a credenciada, sujeitando-a, integralmente, às condições estabelecidas neste edital.

### 9. DESCREDENCIAMENTO

- 9.1. A credenciada poderá solicitar a qualquer momento o seu descredenciamento, desde que não apresente ordens de serviços pendentes.

- 9.2. A credenciada que desejar se descredenciar deverá fazê-lo mediante o encaminhamento do requerimento constante do Anexo II, assinado pelo responsável legal ou procurador e protocolar o pedido no protocolo municipal, destinado ao setor de licitações.

- 9.3. Caso a credenciada não execute os serviços no prazo previsto ou descumpra injustificadamente quaisquer das obrigações contidas deste edital poderá ser submetida ao descredenciamento.

- 9.4. Será descredenciada a empresa que se recusar a realização dos serviços por exigência mínima do número de animais a serem castrados por “mutirão”, tendo em vista que a municipalidade não possui controle sobre a variação de interessados.

- 9.5. Fica facultada a defesa prévia da credenciada, a ser apresentada no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da notificação acerca da possibilidade de aplicação do descredenciamento, devendo, no mínimo, constar de:

*I - justificativa plausível para os fatos apurados; e*

*II - documentação comprobatória, quando for o caso.*

- 9.6. A defesa prévia será conhecida, nos termos do Título IV, Capítulo I, da Lei n.º 14.133/2021, se endereçada diretamente aos endereços eletrônicos informados no subitem 2.3. deste edital devendo os arquivos estarem obrigatoriamente no formato PDF, com tamanho máximo de 10 (dez) megabytes, ou protocolados diretamente no protocolo municipal.

- 9.6.1. A defesa prévia será apreciada com base na justificativa apresentada, na documentação acostada e no interesse público envolvido.

- 9.6.2. Será considerada intempestiva a defesa prévia efetuada após a expiração do prazo estabelecido no subitem 8.4.

- 9.7. O não cumprimento do disposto nos itens anteriores facultará a este Poder Judiciário a adoção de medidas objetivando ao descredenciamento.

- 9.8. Oportunizado o contraditório e a ampla defesa à credenciada, e após decisão do Gestor responsável, esta será publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa





PREFEITURA MUNICIPAL

# Vitor Meireles

Gabinete do Prefeito

Catarina, site <https://www.diariomunicipal.sc.gov.br/>, sendo a credenciada comunicada por mensagem eletrônica.

## 10. RECURSOS

- 10.1. Da decisão que indeferir o requerimento de credenciamento ou que declarar o descredenciamento caberá recurso no prazo de 3 (três) dias úteis, a contar do recebimento da comunicação por e-mail, assegurada a ampla defesa e o contraditório.
- 10.2. Os recursos interpostos serão conhecidos, nos termos do Título IV, Capítulo II - Das Impugnações, Dos Pedidos de Esclarecimento e Dos Recursos da Lei n.º 14.133/2021, devendo serem enviados eletronicamente pela interessada para o endereço eletrônico disposto no subitem 2.3, devendo os arquivos estar obrigatoriamente no formato PDF, com tamanho máximo de 10 (dez) megabytes ou protocolados no setor de protocolo da Prefeitura Municipal, contendo as informações do número do credenciamento, dados da empresa e “Interposição de Recurso”.
- 10.3. Os recursos interpostos serão recebidos pela comissão em face da análise da documentação pela comissão, a qual poderá reconsiderar ou não sua decisão em 3 (três) dias úteis, devendo encaminhá-los devidamente informados a autoridade competente para apreciação e decisão, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento dos autos.

## 11. PENALIDADES

- 11.1. Nos termos do previsto no Título IV, Capítulo I - Das Infrações e Sanções Administrativas da Lei n.º 14.133/2021, as sanções administrativas serão: advertência, multa, impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública direta e indireta do Estado de Santa Catarina e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.
  - 11.1.1. ADVERTÊNCIA: será aplicada na hipótese de infrações que correspondam a pequenas irregularidades verificadas nos fornecimentos, que venham ou não causar dano à Administração ou a terceiros.
  - 11.1.2. MULTA: será aplicada por infrações que obstaculizem a concretização do objeto do credenciamento e compreenderá:
    - I - não poderá ser inferior a 0,5 %, por dia, limitada a 30 %, sobre o valor do serviço, pelo atraso no atendimento, na entrega do laudo ou no descumprimento de quaisquer condições estabelecidas no edital e seus anexos, por motivo de força maior.
  - 11.1.3. Caracterizada a inexecução e constatado o prejuízo ao interesse público, a Administração poderá aplicar à CREDENCIADA outras sanções e até mesmo iniciar o





processo de extinção do instrumento contratual e de descredenciamento da empresa.

- 11.1.4. Os valores relativos às multas serão pagos mediante notificação de cobrança. A partir da data de confirmação do recebimento da notificação, a CREDENCIADA terá o prazo de até 15 (quinze) dias úteis para apresentar defesa administrativa ou fazer o recolhimento do valor da multa aos cofres públicos, sob pena de cobrança judicial.
- 11.1.5. Na hipótese de a CREDENCIADA não efetuar o recolhimento da multa no prazo fixado na notificação de cobrança, o município inscreverá o valor em dívida ativa.
- 11.1.6. IMPEDIMENTO DE LICITAR E CONTRATAR com a Administração Pública direta e indireta do Estado de Santa Catarina, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos termos do artigo 156, III, da Lei n.º 14.133/2021, sem prejuízo da aplicação de outras penalidades, nos seguintes casos:
- a) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
  - b) dar causa à inexecução total do contrato;
  - c) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
  - d) não manter a proposta durante o período em que estiver credenciada, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
  - e) não atender às autorizações de fornecimento ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
  - f) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto do credenciamento sem motivo justificado.
- 11.1.7. DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE PARA LICITAR OU CONTRATAR com a Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos termos do artigo 156, IV, da Lei n.º 14.133/2021, nos seguintes casos:
- a) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante o credenciamento ou a execução do contrato;
  - b) fraudar o credenciamento ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
  - c) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
  - d) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;
  - e) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846/2013.
- 11.1.8. É admitida a reabilitação da credenciada perante o município, exigidos, cumulativamente:





- a) reparação integral do dano causado à Administração Pública;
- b) pagamento da multa;
- c) transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;
- d) cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;
- e) análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.

11.1.9. Além das penalidades citadas, a CREDENCIADA ficará sujeita, ainda, às demais penalidades referidas no art. 156 da Lei n.º 14.133/2021.

11.1.10. Reconhecida força maior, devidamente justificada e aceita pela Administração, a CREDENCIADA, conforme o caso, ficará isenta das penalidades mencionadas.

11.1.11. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade poderão ser aplicadas cumulativamente com a sanção de multa.

11.1.12. Na aplicação das penalidades serão admitidos os recursos em lei, observando-se o contraditório e a ampla defesa.

## 12. DA VIGÊNCIA DO CREDENCIAMENTO

12.1. O presente credenciamento permanecerá **aberto de forma contínua**, para recebimento de propostas e documentos de novos interessados, enquanto houver interesse e necessidade da Administração Pública, nos termos do art. 79 da Lei Federal nº 14.133/2021, podendo os interessados apresentarem a documentação a qualquer tempo, a partir da publicação do edital.

12.2. A empresa que tiver sua solicitação de credenciamento homologada será considerada **credenciada**, ficando apta à contratação conforme a demanda da Administração, **respeitado o prazo de vigência contratual**.

12.3. Os contratos decorrentes deste credenciamento terão **vigência limitada até 31 de dezembro do exercício financeiro corrente**, em observância ao princípio da anualidade orçamentária.

12.4. O contrato poderá ser **prorrogado**, mediante termo aditivo, desde que:

- I – haja interesse da Administração;
- II – sejam mantidas as condições de habilitação;
- III – haja disponibilidade orçamentária;
- IV – sejam observadas as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021 e do Decreto Municipal





vigente.

12.5. A prorrogação contratual poderá ser acompanhada da **atualização ou reajuste dos valores**, quando cabível, nos termos da legislação aplicável.

12.6. O credenciamento poderá ser **revogado a qualquer tempo**, por razões de interesse público devidamente justificadas, ou **anulado**, no todo ou em parte, por ilegalidade, mediante despacho fundamentado da autoridade competente, assegurado o contraditório e a ampla defesa quando aplicável.

### 13. DA ATUALIZAÇÃO DE VALORES E DA REVISÃO

13.1. Os preços fixados no edital de credenciamento poderão ser:

I – **revistos**, a qualquer tempo, para mais ou para menos, em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, nos termos do art. 124, inciso II, alínea “d”, da Lei Federal nº 14.133/2021;

II – **reajustados**, após decorrido o período mínimo legal, mediante aplicação de índice oficial.

13.2. Para fins de reajuste e atualização monetária, será adotado exclusivamente o **IPCA – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo**, ou outro índice oficial que venha a substituí-lo.

13.3. Os novos valores decorrentes da revisão ou do reajuste somente produzirão efeitos após a devida **formalização por ato administrativo**, com atualização da tabela de preços de referência e **prévia comunicação às credenciadas**, especialmente nos casos de redução de valores.

### 12. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E PAGAMENTO

12.1. As despesas provenientes da execução do objeto deste Contrato correrão por conta de Dotação Orçamentária do exercício anual vigente pertinente a cada secretaria que os serviços serão adquiridos, de acordo com as informações estabelecidas no sistema.

12.2. O município deverá realizar o pagamento mensalmente, será realizado em até 30 dias do mês subsequente aos serviços/materiais executados ou entregue.

12.3. A Nota Fiscal ou outro documento fiscal correlato deverá ser emitido a Prefeitura Municipal de Vitor Meireles/SC, CNPJ sob o n.º 79.372.520/0001-85 e ter a mesma Razão Social e CNPJ dos documentos apresentados por ocasião da habilitação, contendo ainda número do processo de credenciamento.

12.3.1. A apresentação do documento fiscal que contrarie essas exigências inviabilizará o pagamento, isentando o MUNICÍPIO do ressarcimento de qualquer prejuízo para a proponente vencedora.





### 13. DISPOSIÇÕES GERAIS

- 13.1. O Município poderá, a qualquer momento, solicitar do credenciado a comprovação de recolhimento do INSS e FGTS do período a que está vinculado e em caso de inadimplemento suspenderá a credencial ou qualquer outro documento que for necessário para apurar a prestação dos serviços ou entrega dos materiais.
- 13.2. A remuneração recebida pelo credenciado não gerará direito adquirido e, portanto, não caracteriza vínculo de natureza trabalhista e previdenciário para o Município.
- 13.3. Aplicam-se ao presente credenciamento a Lei n.º 14.133/2021 e demais normas legais pertinentes.
- 13.4 Fica eleito o Foro da Comarca de Presidente Getúlio/SC, para dirimir quaisquer dúvidas ou questões provenientes deste edital e de seus anexos.

### 16 ANEXOS

- 16.1 São partes integrantes deste edital os seguintes anexos:
  - Anexo I – Termo de referência;
  - Anexo II – Requerimento de credenciamento;
  - Anexo III – Declarações obrigatórias;
  - Anexo IV – Pedido de Serviços
  - Anexo V – Minuta do contrato.

Vitor Meireles/SC, 22 de janeiro de 2026.

**MARCELO DAROLT**  
Prefeito Municipal.





## EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 05/2026

INEXIGIBILIDADE Nº 02/2026

CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CREDENCIAMENTO Nº 01/2026

### ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

#### 1. OBJETO E JUSTIFICATIVA

1.1. O presente edital tem como objeto: **CREDENCIAMENTO DE EMPRESAS ESPECIALIZADAS PARA SERVIÇOS DE CASTRAÇÃO DE CÃES E GATOS ATRAVÉS DA SECRETARIA.** Tudo de acordo com os termos abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

1.2. O presente processo busca contratar empresa especializada e devidamente registrada, para realização de mutirão de castração a ser realizado no município de Vitor Meireles. Considerando que o município não possui clínica veterinária própria ou local para realização de maneira adequada dos serviços faz-se necessário que a empresa contratada providencie local adequado para realizar os procedimentos no município, podendo ser através de imóvel ou veículo adaptado para tal finalidade.

1.3. A presente contratação busca atender a demanda para cumprir o plano de trabalho aprovado pelo governo do estado de Santa Catarina.

#### 2. CLASSIFICAÇÃO DE BENS E SERVIÇOS COMUNS

2.1. O objeto dessa licitação é classificado como bem comum, pois possui especificações usuais de mercado padrão de qualidade definida em edital, conforme estabelece o inciso XIII do art. 6º da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

#### 3. VALORES DE REFERÊNCIA E QUALIFICAÇÃO

##### 3.1. PESQUISA DE PREÇO

a) A pesquisa direta com os fornecedores foi realizada através de pedido formal, por meio de cotação de preços, cujo fornecedores, foram escolhidos por serem os que nos atenderam enviando os orçamentos, e também por possuírem experiência técnica para o fornecimento do serviço ora mencionado no objeto da contratação. Não obstante, foram realizadas pesquisas de outros preços públicos de contratações similares.

b) Para definição do preço, realizou-se uma análise nos valores apresentados entre os orça-





PREFEITURA MUNICIPAL

# Vitor Meireles

Gabinete do Prefeito

mentos solicitados, sendo definido o preço que será fixado no presente credenciamento, haja visto que, todos os credenciados serão remunerados com base nos valores da tabela abaixo, utilizado a média que foram apresentados nos orçamentos solicitados, visando a economicidade e eficiência.

b.1) Como a prestação de serviço correrá em forma de mutirão, não há como prever exatamente a quantidade de cada procedimento a ser realizado, sendo possível prever somente o valor que administração municipal está disposta e possui condições de dispor, sendo este valor dividido entre os procedimentos com preço unitário estabelecido, ficando a cargo da empresa contratada e executante, respeitar estes limites.

b.2) A lista de beneficiados pela castração será elaborada pelo órgão municipal, podendo o município, caso julgar necessário criar lei específica ou regulamentos para tratar sobre a forma de distribuição e seleção.

b.3) Não haverá exigência de garantia contratual da execução, apenas a empresa deverá cumprir todas as questões técnicas e legais no presente edital.

c) Segue o valor e quantidades estimadas na tabela abaixo:

Tabela de preços por cada serviço realizado conforme valores abaixo:

ITEM	UNID	DESCRIPTIVO	QUANT	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	SERVIÇO	Orquiectomia (Machos) e Ovario-Salpingo-Histerectomia (Fêmeas) em felinos e caninos, incluso medicação pós operatório para 3 dias	135	R\$ 210,00	R\$ 28.350,00
02	SERVIÇO	Aplicação de Microchip com tecnologia NFC ou modelo simples (com microchip incluso)	135	R\$ 50,00	R\$ 6.750,00
<b>Valor total</b>					<b>R\$ 35.100,00</b>

d) A somatório de todos os procedimentos realizados não poderá exceder o limite de R\$ 35.100,00 (trinta e cinco mil e cem reais) estabelecido na tabela de acima. No período de 12 (doze) meses.

e) O prestador de serviço deverá fornecer junto com a nota fiscal, relatório de procedimentos realizados, apresentando quantos e quais os procedimentos foram realizados.

#### 4 ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS





O procedimento adotado deverá ser da técnica do “gancho” tendo em vista se tratar de método menos invasivo, menor taxa de mortalidade, além de melhorar a recuperação do pós cirúrgico.

- a) A empresa contratada deverá realizar os serviços solicitados na data e local solicitado, realizando a montagem e desmontagem dos itens, entregando-os em plenas condições de uso, assim como também possuir todos os registros legais necessários para prestar o serviço.
- b) As solicitações deverão ser feitas com antecedência, possibilitando que a contratada tenha tempo hábil para se organizar para prestar o serviço solicitado;

## 5 DETALHAMENTO DA EXECUÇÃO

- 5.1 Os quantitativos são estimados, não estando o Município de Vitor Meireles/SC, obrigado a aderir sua totalidade;
- 5.2 O objeto ora credenciado, deverá ser iniciado a prestação dos serviços pela credenciada, dentro do prazo, e no local indicado na Autorização de Fornecimento;
- 5.3 A empresa credenciada que for solicitada para execução de serviços deverá trabalhar em horário estabelecido na contratação;
- 5.4 Os equipamentos devem estar em bom estado de conservação;
- 5.5 Realizar a prestação de serviço de forma profissional, responsável e de acordo com as exigências feitas pela contratante;
- 5.6 A escolha das empresas credenciadas para a prestação dos serviços observará sistema de rodízio, adotando-se como critério a ordem cronológica de homologação do credenciamento, cujo controle será realizado pela Administração Municipal mediante registro próprio, preferencialmente em planilha ou sistema eletrônico, contendo a identificação da empresa, a data da convocação, o serviço solicitado e o respectivo atendimento. Na hipótese de recusa injustificada da empresa credenciada em atender à convocação, o fato será devidamente registrado, procedendo-se à convocação da próxima credenciada da lista, sem prejuízo da instauração de procedimento administrativo para apuração de responsabilidade, quando cabível. A recusa devidamente justificada, desde que aceita pela Administração, não acarretará penalidade, permanecendo a empresa na ordem regular do rodízio;
- 5.7 É vedada a terceirização ou realização dos serviços por outro prestador de serviços;
  - 5.7.1 Não será admitida a subcontratação.
- 5.8 A credenciada deverá disponibilizar alimentação para seus funcionários, EPIs e demais despesas, para os responsáveis envolvidos na realização dos serviços ora contratado;
- 5.9 A execução dos serviços só poderá ser iniciada com o acompanhamento dos fiscais;
- 5.10 Os serviços deverão ser prestados em conformidade com as normas e legislação pertinentes. Não sendo aceitos serviços que não sejam prestados de maneira satisfatória;





- 5.11 Constatadas irregularidades no objeto, esta Municipalidade, sem prejuízo das penalidades cabíveis, poderá:
- Rejeitá-lo no todo ou em parte se não corresponder às especificações deste termo, determinando sua reparação;
  - Determinar sua complementação se houver diferença de quantidades ou de partes do solicitado;
- 5.12 As irregularidades deverão ser sanadas imediatamente, quando do recebimento pela adjudicatária;
- 5.13 Caso a credenciada se recuse a executar o serviço proposto ou venha a fazê-lo fora das orientações ou especificação, a contratante, poderá, independentemente de qualquer aviso ou notificação, optar pela convocação dos demais licitantes na ordem de classificação, ficando sujeita as penalidades previstas na Lei Federal n. 14.133/2021.
- 5.14 A recusa injustificada da empresa credenciada em executar os serviços solicitados, quando regularmente convocada, poderá ensejar a instauração de procedimento administrativo específico para apuração de responsabilidade, visando à aplicação das sanções cabíveis, inclusive o descredenciamento, assegurados o contraditório e a ampla defesa, nos termos dos arts. 155 a 163 da Lei Federal nº 14.133/2021;
- 5.14.1 Para realizar o descredenciamento da empresa, deverá o fiscal do contrato encaminhar o relatório que indique que a empresa se negou a realizar os serviços (através de e-mail, WhatsApp ou telefone), indicando sua rescisão ao setor de licitações;
- 5.14.2 Em caso de descredenciamento da empresa pelo motivo previsto, a mesma poderá solicitar novamente o credenciamento somente após 06 meses da data do descredenciamento.
- 5.14.3 Caso a credenciada não cumpra os atendimentos para prestar os serviços, ou não atenda os servidores municipais, ficará sujeita as penalidades previstas na Lei Federal n. 14.133/2021.
- 5.14.4 Será descredenciada ainda a empresa que se recusar a realização dos serviços por exigência mínima do número de animais a serem castrados por "mutirão", tendo em vista que a municipalidade não possui controle sobre a variação de interessados.

## 6 DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO, DOS AJUSTES

- 6.1 Será designado como fiscais do contrato os servidores pertencentes a Secretaria que solicitar o serviço.

### 6.2 MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO





- 6.2.1** O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas previstas pela Lei 14.133 de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 6.2.2** Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- 6.2.3** As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser formalizadas por escrito, sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para este fim.
- 6.3** Os preços propostos serão fixos, podendo ser reajustáveis, anualmente em conformidade com a legislação vigente, onde já estarão inclusos o transporte até os locais destinados, mão de obra agregada, todos os tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais e eventuais isenções), leis sociais, administração, lucros e qualquer despesa, acessória e/ou necessária, não especificada neste termo;
- 6.4** O local da entrega do referido objeto será definido na autorização de fornecimento, e deverá ser cumprido pela empresa seguindo os critérios definidos na especificação do item;
- 6.5** Em caso de prorrogação do contrato poderá ser aplicado o índice do IPCA, com base no percentual dos últimos doze meses do índice, ou qualquer outro índice que venha substituir;
- 6.5.1** O reajuste será concedido mediante simples apostilamento, conforme dispõe o art 136 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.
- 6.6** A aplicação do reequilíbrio financeiro poderá ser aplicado a qualquer momento desde que, seja provado a variação de preço, tendo base a data da publicação do edital de credenciamento, seguindo os critérios definidos na Lei Federal n. 14.133/2021.

## 7 OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 7.1** Manter durante o prazo de vigência do contrato, as condições de habilitação e qualificação que lhe foram exigidas no credenciamento.
- 7.2** A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo exclusivamente seus riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;
- 7.3** Dar fiel execução ao objeto do Edital, bem como, providenciar às suas expensas e a contento do município, todas as substituições e correções que se fizerem necessárias.
- 7.4** A Contratada deverá efetuar a entrega do objeto, em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes aos produtos, número da Ordem de compra e número do empenho;
- 7.5** Reparar corrigir, remover, reconstruir e substituir, às suas exclusivas expensas e responsabilidades, no todo ou em parte, o objeto contratado, se forem verificados vícios,





- defeitos ou incorreções, resultantes da qualidade dos serviços ou materiais no prazo máximo de 05 (cinco) dias;
- 7.6 Fornecer os serviços no prazo estabelecido, informando em tempo hábil qualquer motivo impeditivo ou que impossibilite assumir o estabelecido;
  - 7.7 Executar o objeto diretamente, sendo vedada a subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação do contratado com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, sem anuência do município.
  - 7.8 Dar ciência imediata e por escrito à CONTRATANTE sobre qualquer anormalidade que possa afetar a entrega do bem.
  - 7.9 Atender prontamente qualquer reclamação, exigência ou observação realizada pela CONTRATANTE.
  - 7.10 Assumir inteira responsabilidade quanto à qualidade e validade do serviço, reservando à Secretaria Requisitante o direito de recusá-lo caso não satisfaça aos padrões especificados.
  - 7.11 Assumir inteira e expressa responsabilidade pelas obrigações sociais e de proteção aos seus empregados, bem como, pelos encargos previdenciários, fiscais, comerciais e trabalhistas resultante da execução dos serviços decorrentes desta licitação;
  - 7.12 Arcar com todos os ônus e obrigações no que se referem a acidentes, danos e prejuízos que tenha causado ao município e/ou a terceiros, em decorrência da execução do objeto do Edital, respondendo por terceiros, seus empregados e preposto.
  - 7.13 Cumprir a execução do objeto, todas as Leis e posturas Federais, Estaduais e Municipais, pertinentes e vigentes, sendo a única responsável por prejuízos decorrentes a que houver dado causa, especialmente relativas as obrigações fiscais, sociais, trabalhistas e encargos sociais;
  - 7.14 A Prefeitura Municipal de Vitor Meireles/SC não aceitará, sob nenhum pretexto, a transferência de responsabilidade da CONTRATADA para outras entidades, sejam fabricantes, fornecedores ou quaisquer outros;
  - 7.15 A Empresa se obriga a manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, devendo comunicar ao Município de Vitor Meireles /SC, imediatamente, qualquer alteração que possa comprometer a manutenção do contrato.
  - 7.16 Manter sempre atualizados os seus dados cadastrais, incluindo a alteração da constituição social ou do estatuto, conforme o caso, inclusive em caso de modificação do endereço eletrônico.
  - 7.17 Permitir a fiscalização do Município de Vitor Meireles/SC.
  - 7.18 Fornecer quando necessário e solicitado pelo município ART/RRT dos serviços prestados.

## 8 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 8.1 Emitir através da secretaria solicitante o pedido de serviço, entregando no setor de compras





para a geração da ordem de compra e posterior nota de empenho.

- 8.2 Efetuar o pagamento à empresa conforme estabelecido no instrumento convocatório.
- 8.3 Rejeitar, no todo ou em parte, os serviços que não estiverem de acordo com as especificações do Edital.
- 8.4 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;
- 8.5 Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens e serviços recebidos provisoriamente com as especificações constantes no Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- 8.6 Comunicar a Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- 8.7 Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de servidor especialmente designado;
- 8.8 Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;
- 8.9 A administração do Município de Vitor Meireles/SC, não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente objeto, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

## 9 DA FORMA DE PAGAMENTO

- 9.1 O pagamento será efetuado até 30 (trinta) dias corridos, após a prestação dos serviços mediante a apresentação da nota fiscal, está devidamente atestada pelo fiscal responsável.
  - 9.1.1 A remuneração dos serviços prestados pelas empresas credenciadas será por solicitação, mediante a apresentação da nota fiscal/fatura devidamente acompanhada das respectivas autorizações de procedimentos emitidas pelo Município.
- 9.2 A Prefeitura reserva-se no direito de somente efetuar o pagamento à empresa credenciada, quando esta houver prestado/entregado os serviços, em conformidade com este termo.
- 9.3 Nenhum pagamento será efetuado sem a apresentação dos documentos exigidos, bem como enquanto não forem sanadas irregularidades eventualmente constatadas na nota fiscal, no fornecimento dos bens ou no cumprimento de obrigações contratuais;

## 10 DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- 10.1 As empresas deverão examinar cuidadosamente o presente Edital e seus Anexos, antes da apresentação do credenciamento, pois alegações de desconhecimento das disposições contidas nos aludidos documentos não serão aceitas como razões válidas para justificar quaisquer erros ou divergências severas encontradas em seus documentos de Habilitação;
- 10.2 O Agente de contratação solicita a leitura do Edital e seus Anexos na íntegra, pois quais-





PREFEITURA MUNICIPAL

# Vitor Meireles

Gabinete do Prefeito

quer alegações de desconhecimento posterior não serão consideradas;

10.3 Dúvidas na interpretação deste TERMO DE REFERÊNCIA e demais esclarecimentos poderão ser esclarecidas pelos correios eletrônicos [agricultura@vitormeireles.sc.gov.br](mailto:agricultura@vitormeireles.sc.gov.br).

10.4 Os esclarecimentos de dúvidas e decisões de recursos e/ou impugnações a respeito de condições do edital e de outros assuntos relacionados a presente licitação serão divulgados na página web, no endereço <https://vitormeireles.atende.net/>, ficando as licitantes obrigadas a acessálos para a obtenção das informações prestadas pelo Agente de contratação.

Vitor Meireles/SC, 22 de janeiro de 2026.





**EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 05/2026**  
**INEXIGIBILIDADE Nº 02/2026**

CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CREDENCIAMENTO Nº 01/2026

**ANEXO II – REQUERIMENTO DE CREDENCIAMENTO**

<b>REQUERIMENTO DE CREDENCIAMENTO – EDITAL N. 05/2026</b>			
Nome ou razão social:			
CPF ou CNPJ:			
Endereço:			
Bairro:	Cidade:	UF:	CEP:
Telefone fixo:		Celular:	
E-mail:			
Banco:	C/C:	Agência:	
Representante legal, se for o caso de pessoa jurídica:			
CPF:		Telefone:	

A empresa descrita acima, vem requerer o seu credenciamento do serviço abaixo:

Item	Descrição	Valor
		R\$

Declaro, sob as penalidades da lei, preencher, nesta data, todas as condições exigidas no Edital de Credenciamento e, especialmente, nunca ter sofrido qualquer penalidade no exercício da atividade.

Apresento documentos, declarando expressamente a concordância com todas as condições apresentadas no Edital e ciência de que o pedido de Credenciamento poderá ser deferido ou indeferido, segundo a avaliação da Comissão.

As intimações e comunicações decorrentes deste requerimento poderão ser feitas no endereço infra indicado, seja pessoalmente, por e-mail ou outro meio idôneo.

Nestes termos, requer o deferimento do credenciamento.

Em (local e data).

\_\_\_\_\_  
(Assinatura do credenciado, responsável legal ou procurador)





**EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 05/2026**  
**INEXIGIBILIDADE Nº 02/2026**  
CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CREDENCIAMENTO Nº 01/2026

**ANEXO III – DECLARAÇÕES OBRIGATÓRIAS**

A empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob o n. \_\_\_\_\_, através de seu representante legal o Sr. (a) \_\_\_\_\_, para cumprir os requisitos do edital, DECLARA, EXPRESSAMENTE, que:

1) cumpre e acata as normas estabelecidas no edital de credenciamento, estando plenamente ciente do teor e da extensão deste documento, que cumpre os requisitos de habilitação, que encaminha em anexo os documentos necessários; inclusive referente do número indeterminado de procedimentos por “mutirão”, mais especificamente da inexistência de número mínimo de procedimentos.

2) não emprega menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de qualquer trabalho a menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do art. 7º, XXXIII, da Constituição da República de 1988;

( ) Ressalva: emprega menor a partir de quatorze anos na condição de aprendiz (assinalar em caso afirmativo).

3) não é inidônea para licitar e contratar com a Administração Pública, independente de sua natureza e esfera governamental, nem está suspensa ou impedida de licitar ou contratar com no Estado de Santa Catarina;

4) não é estrangeira sem representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa e judicialmente;

5) não mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

6) não possui, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, condenação judicial, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

7) sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos





direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, devendo utilizar o modelo anexo a este edital;

8) são verdadeiras as informações prestadas no presente documento, sob pena de responsabilidade civil, administrativa e penal;

9) relacionado com a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) – Lei n.º 13.709/2018, DECLARA AINDA QUE:

10.1) é vedada às partes a utilização de todo e qualquer dado pessoal repassado em decorrência da execução contratual para finalidade distinta daquela do objeto da contratação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal;

10.2) as partes se comprometem a manter sigilo e confidencialidade de todas as informações – em especial os dados pessoais e os dados pessoais sensíveis – repassadas em decorrência da execução contratual, em consonância com o disposto na Lei n.º 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados), sendo vedado o repasse das informações a outras empresas ou pessoas, salvo aquelas decorrentes de obrigações legais ou para viabilizar o cumprimento do edital/instrumento contratual;

10.3) as partes responderão administrativa e judicialmente, caso causarem danos patrimoniais, morais, individual ou coletivo, aos titulares de dados pessoais, repassados em decorrência da execução contratual, por inobservância à LGPD;

10.4) a CREDENCIADA declara que tem ciência da existência da LGPD e, se compromete a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na legislação, com intuito de proteção dos dados pessoais repassados pelo CONTRATANTE;

10.5) a CREDENCIADA fica obrigada a comunicar ao CONTRATANTE, em até 24 (vinte e quatro) horas, qualquer incidente de acessos não autorizados aos dados pessoais, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito que possa vir causar risco ou dano relevante aos Titulares de Dados Pessoais, apresentando as informações descritas nos incisos do § 1º do art. 48 da LGPD, cabendo ao CONTRATANTE as demais obrigações de comunicação previstas no referido artigo.

Nestes termos, declara que as informações acima detalhadas são verdadeiras.

Em (local e data).

\_\_\_\_\_  
(Assinatura do credenciado, responsável legal ou procurador)







**EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 05/2026**  
**INEXIGIBILIDADE Nº 02/2026**  
**CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CREDENCIAMENTO Nº 01/2026**

**ANEXO V – MINUTA DO CONTRATO**

**CONTRATO DE FORNECIMENTO DE  
SERVIÇOS N.º XX, CELEBRADO ENTRE  
O MUNICÍPIO DE VITOR MEIRELES/SC  
E A EMPRESA XX.**

O MUNICÍPIO DE VITOR MEIRELES, inscrito no CNPJ sob o nº 79.372.520/0001-85, com sede na Rua Santa Catarina, nº 2.266, Bairro Centro, nesta cidade de Vitor Meireles/SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal MARCELO DAROLT doravante denominado **CONTRATANTE** e de outro lado a empresa ..., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob n.º..., com sede à Rua xx, n.º xx, Bairro xx, município de xx/xx, neste ato representado pelo Sr. xx, inscrito no CPF sob o n. xx, doravante denominada **CREDENCIADA**, tudo de conformidade com o processo de inexigibilidade/credenciamento, celebram entre si o presente contrato, que se regerá pela Lei Federal n.º 14.133/21 e pelas cláusulas a seguir estipuladas:

**1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

1.1 O objeto deste Contrato é a Prestação de Serviços \_\_\_\_\_, conforme autorização da Secretaria Municipal e o edital de CREDENCIAMENTO N.º 01/2026.

1.1.1 As especificações da prestação de serviços para execução do objeto do presente contrato, encontram-se definidas no Anexo I – Termo de Referência, independentemente de suas transcrições, para todos os fins e efeitos legais, integram o presente Termo de Contrato.

**2. CLÁUSULA SEGUNDA - DA EXECUÇÃO**

2.1. A **CREDENCIADA** prestará os serviços a **CONTRATANTE** conforme as especificações detalhadas no **Anexo I (Termo de Referência)**, comprometendo-se a **CREDENCIADA** a executá-la durante o prazo de vigência do contrato, de acordo com a conveniência e oportunidade do **CONTRATANTE**.





2.2. Qualquer serviço prestado apresente qualidade insatisfatória, não serão aceitos, comprometendo-se a **CREDENCIADA**, por sua conta, a refazê-lo, de acordo com as especificações deste contrato e seu Anexo I, sem que este fato acarrete qualquer ônus para o **CONTRATANTE**.

2.3. A execução do objeto deste Contrato será acompanhada e fiscalizada por servidores designados pela Secretaria solicitante o qual será, também, responsável pela sua avaliação em relação a qualidade dos serviços prestados.

2.4. A **CREDENCIADA** deverá indicar um representante com poderes para tomar quaisquer providências relativas à execução do objeto do Contrato.

2.5. A **CREDENCIADA** deverá providenciar a imediata correção de quaisquer deficiências apontadas pelo **CONTRATANTE**, relativas à execução do objeto deste Contrato.

2.6. A **CREDENCIADA** se obriga a executar o objeto do presente Contrato na condição, qualidade, quantidade e especificações constantes do **Anexo I (Termo de Referência)**, e do presente Contrato, no prazo e local determinados pelo **CONTRATANTE**, sejam estas:

2.6.1. Prestar o serviço que contempla este edital de credenciamento de acordo com o previsto neste instrumento, com excelência e qualidade.

2.6.2. Atender todos os encaminhamentos feitos pelo Município, em horário de expediente normal pré-definido;

2.6.3. Atender os encaminhamentos somente mediante a apresentação de requisição ou ordem de serviço devidamente assinada pelo representante do Município;

2.6.4. Preencher com clareza e exatidão os campos das solicitações, demais formulários e documentos fornecidos pelo Município;

2.6.5 Registrar todos os acontecimentos relacionados com a execução do contrato, inclusive as soluções dadas às consultas formuladas pelo contratado;

2.6.7. Executar diretamente os serviços contratados, sem transferência de responsabilidade ou subcontratação;

2.6.8. Manter sigilo, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa, sobre qualquer assunto de interesse da **CREDENCIADA** ou de terceiros de que tomar conhecimento em razão da execução dos serviços;

2.6.9. Prestar prontamente todos os esclarecimentos que forem solicitados pela Secretaria solicitante, cujas reclamações deve se obrigar a atender;

2.6.10. Manter durante toda a vigência deste credenciamento, as condições de habilitação e qualificação exigidas no credenciamento, bem como atualizar junto ao setor de licitações, quando houver modificação, os dados cadastrais, endereço, telefones, e-mails;

2.6.11. Comunicar a mudança de endereço do estabelecimento comercial, indicando novo





endereço e apresentando cópia do alvará de funcionamento;

2.6.12. Comunicar, por mensagem eletrônica ou outro meio de comunicação, com antecedência de 24 (vinte e quatro) horas, à Secretaria de Municipal de Agricultura, Silvicultura, Pecuária e Meio Ambiente de Vitor Meireles a ocorrência de quaisquer atos, fatos ou circunstâncias que possam atrasar ou impedir a execução do serviço, sugerindo as medidas para corrigir a situação;

2.6.13. Responsabilizar-se civil e criminalmente por todos os atos praticados pelos seus empregados na execução do serviço.

2.7. A prestação de serviços executada pela **CREENCIADA** estará sujeita à aceitação do **CONTRATANTE**, ao qual caberá o direito de recusa caso o mesmo não esteja de acordo com as especificações constantes deste contrato e seu Anexo I, ou caso se constate a qualidade insatisfatória dos mesmos.

2.8. O aceite do serviço será formalizado pelo **CONTRATANTE**, através da aposição de Atesto de Aceite na respectiva Nota Fiscal.

2.9. A **CREENCIADA** ficará obrigada, às refazer os serviços, na parte que vier a ser recusada, de modo a adequá-lo às especificações deste contrato e seu Anexo I (Termo de Referência), bem como às exigências de qualidade impostas em geral, sendo que o ato de recebimento do mesmo não importará na sua aceitação que, conforme a sua natureza, somente se consumará com o Atesto de Aceite emitido pelo **CONTRATANTE**.

2.10. Quaisquer tolerâncias, concessões ou liberalidades do **CONTRATANTE** para com a **CREENCIADA**, quando não manifestadas por escrito, não constituirão precedentes invocáveis por esta e não terão o poder de alterar as obrigações pactuadas no Credenciamento e seus Anexos, bem como no presente Termo Contratual.

2.11. A forma e o prazo de entrega dos serviços estabelecidos neste Contrato, poderão ser alterados, de modo a melhor adequá-los às necessidades do **CONTRATANTE**, mediante autorização do **CONTRATANTE**.

2.12. A execução do objeto deste Contrato será desenvolvida de acordo com as condições estabelecidas no Termo de Referência, mediante entendimento prévio do **CONTRATANTE** salvo se de outra forma for determinado pelo **CONTRATANTE**, em atendimento à sua conveniência e necessidade, hipótese que, ocorrendo, será comunicada à **CREENCIADA**.

### 3. CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO, DO PAGAMENTO E DO REAJUSTE

3.1. Importa o presente Contrato no valor estimado de **R\$ xx** (.....), para a execução do seu objeto, conforme previsto.

3.2. O pagamento será efetuado mediante crédito em conta corrente da **CREENCIADA**, que





uma vez efetivado dar-se-á por liquidada a obrigação.

3.2.1.O pagamento será efetuado com base no serviço efetivamente prestado e aceito pelo **CONTRATANTE**.

3.3. O pagamento será efetuado até 30 (trinta) dias após o adimplemento da obrigação, mediante apresentação pela **CRENCIADA**, instruída com o necessário Atesto de Aceite da prestação dos serviços objeto deste contrato, firmado pelo **CONTRATANTE** na respectiva nota fiscal, conforme disposto neste Contrato.

3.3.1 A **CRENCIADA** poderá encaminhar a fatura por e-mail ao **CONTRATANTE**, que deverá confirmar seu recebimento, para efeito do item 3.3 desta cláusula.

3.3.2 A ausência de quaisquer documentos ou formalidades relacionadas no item 3.3 acarretará a interrupção do pagamento à **CRENCIADA** até que seja suprida a exigência.

3.4. A compensação financeira e os juros moratórios não incidirão sobre os dias de atraso no adimplemento da obrigação ou na apresentação da respectiva fatura, caso o atraso seja decorrente de fato atribuível à **CRENCIADA** (artigo 92, inciso V, da Lei n.º 14.133/21).

3.5. Será descontado de pagamento devido pelo **CONTRATANTE** o valor de eventual multa imposta à **CRENCIADA** em razão de infração ocorrida durante o contrato.

3.6. O reajuste não se operará automaticamente e dependerá de atualização por meio de Decreto Municipal.

3.7. Poderá ser revisado, a qualquer tempo, em razão de variações imprevisíveis ou previsíveis, nos termos do art. 124, II, "d" da Lei n.º 14.133/2021 para reduzi-los ou aumentá-los; a alteração ocorrerá após a publicação de Decreto ou outro documento equivalente;

3.8. Também poderá ser atualizado através de índice oficial, podendo ser aplicado pelo IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, ou qualquer outro índice que venha substituir.

3.9. Os novos valores decorrentes da atualização ou da revisão serão aplicados aos credenciamentos vigentes após concretizada a alteração dos preços constantes da tabela dos preços de referência, respeitada a data dos efeitos da alteração e a prévia comunicação às **CRENCIADAS**, em caso de redução.

#### 4. CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO E DA ENTREGA

4.1. O prazo de vigência do presente contrato será de 12 (doze) meses, contado da assinatura, incluindo-se o dia de início, podendo ser prorrogado de acordo com a Lei n.º 14.133/21, através de termo aditivo.





4.2. As condições de fornecimento do objeto são aquelas previstas no edital e **Anexo I (Termo de Referência)**.

4.2.1. O ônus de prestar os serviços é exclusivo da **CREDENCIADA**. Portanto, não serão acolhidas como justificativa para a não execução dos serviços ou para a execução além do prazo estipulado, alegações que transfiram a responsabilidade a terceiros.

## 5. CLÁUSULA QUINTA - DA FISCALIZAÇÃO

5.1. Durante a execução do objeto do Contrato, fica reservada ao **CONTRATANTE**, a autonomia para resolver, dirimir e decidir todos e quaisquer casos ou dúvidas que venham a surgir e/ou fugir da rotina, ou que não tenham sido previstos neste contrato e seus Anexos.

5.2. O **CONTRATANTE** efetuará a fiscalização e o acompanhamento da execução do objeto deste Contrato, podendo, a qualquer tempo, exigir da **CREDENCIADA** que forneça os elementos necessários ao esclarecimento de quaisquer dúvidas relativas ao fornecimento e aos serviços, tais como dados estatísticos, demonstrativos de custos, notas fiscais, mapas de registro e controle de serviços, etc.

5.2.1. A **CREDENCIADA** deverá acatar a fiscalização do **CONTRATANTE** quanto ao acompanhamento do cumprimento das obrigações pactuadas, prestando-lhe todos os esclarecimentos solicitados, bem como atendendo a todas as solicitações de informações.

5.3. O acompanhamento efetuado pelo **CONTRATANTE** não exclui nem reduz as responsabilidades da **CREDENCIADA** perante o **CONTRATANTE** e/ou terceiros, em nada restringindo a responsabilidade única, integral e exclusiva da **CREDENCIADA** no que concerne à execução do objeto deste Contrato e às suas consequências e implicações próximas ou remotas.

5.4. Qualquer comunicação do **CONTRATANTE** à **CREDENCIADA** deverá merecer resposta conclusiva e por escrito no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas a contar do seu recebimento, submetendo-se, a **CREDENCIADA**, às sanções e penalidades cabíveis, caso tal de- terminação não seja cumprida.

## 6. CLÁUSULA SEXTA - DA PRORROGAÇÃO E DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

6.1. O presente Contrato poderá, a critério do **CONTRATANTE** e atendendo aos pressupostos de conveniência e oportunidade administrativas, ser prorrogado e alterado nos termos da Lei n.º 14.133/21.

## 7. CLÁUSULA SÉTIMA - DAS RESPONSABILIDADES





7.1. As obrigações do **CONTRATANTE** e da **CREENCIADA** encontram-se estabelecidas neste contrato, no edital de credenciamento e no Anexo I (Termo de Referência), que fazem parte integrante do presente contrato.

7.2. O custo decorrente do fornecimento dos serviços, inclusive o seu deslocamento e demais despesas, assim como quaisquer ônus, taxas e emolumentos que recaiam sobre o objeto deste Contrato, correrão única e exclusivamente por conta, risco e responsabilidade da **CREENCIADA**.

7.3. Os danos e/ou prejuízos que venham a ocorrer serão ressarcidos ao **CONTRATANTE** no prazo estipulado na notificação administrativa à **CREENCIADA**, sob pena de multa.

7.4. Não obstante a emissão do Atesto de Aceite, ficará a **CREENCIADA** obrigada a garantir a perfeita execução do objeto do Contrato, nos termos da legislação civil, penal e profissional, e das disposições constantes do Anexo I (Termo de Referência).

7.5. A **CREENCIADA** obriga-se a manter, durante toda a execução deste Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação (artigo 92, XVI, da Lei n.º 14.133/21).

7.5.1. O Órgão Fiscalizador do **CONTRATANTE** ou os órgãos do **CONTRATANTE** responsáveis pelo pagamento das faturas poderão, a qualquer tempo durante o período contratual, exigir a comprovação da regularidade jurídica e fiscal da **CREENCIADA**.

## 8. CLÁUSULA OITAVA - DAS PENALIDADES

8.1. Sem prejuízo das perdas e danos e das multas cabíveis nos termos da lei civil, pelo atraso injustificado ou inexecução total ou parcial do objeto, a **CREENCIADA** ficará sujeita às sanções administrativas descritas abaixo, além daquelas estabelecidas no Anexo I (Termo de Referência), naquilo que couber, garantida a prévia defesa, de acordo com a Lei n.º 14.133/21:

I - advertência;

II - multa que não poderá ser inferior a 0,5 %, por dia, limitada a 30 %, sobre o valor do serviço, pelo atraso no atendimento, na entrega do laudo ou no descumprimento de quaisquer condições estabelecidas no edital e seus anexos, por motivo de força maior.

III - impedimento de licitar e contratar com a Administração Municipal, pelo prazo máximo de até 03 (três) anos;

IV - declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública Direta e Indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

8.2. As multas previstas no item 8.1 têm o objetivo de reprimir, em especial, condutas que





tenham gerado dano ou de imprimir maior proporcionalidade entre a conduta praticada e a resposta da Administração, em especial nos casos de reincidência.

### 9. CLÁUSULA NONA - DA EXTINÇÃO

9.1. O **CONTRATANTE** poderá extinguir o presente Contrato, assegurados o contraditório e a ampla defesa, caso ocorram quaisquer das hipóteses previstas no art. 137 da Lei n.º 14.133/21, por ato unilateral e escrito, na forma do art. 138, I e §1º, da mesma Lei.

9.1.1. Constituem motivos para a extinção deste Contrato, além daqueles especificados no art. 137 da Lei n.º 14.133/21, o fato de a **CRENCIADA**:

- a) sofrer protesto de título, execução fiscal ou outros fatos que comprometam a sua capacidade jurídico-financeira;
- b) quebrar o sigilo profissional;
- c) utilizar, em benefício próprio ou de terceiros, informações não divulgadas ao público e às quais tenha acesso por força de suas atribuições ora contratadas;
- d) vier a ser declarada inidônea ou punida com proibição de licitar por qualquer órgão da Administração Pública Federal, Estadual ou Municipal.

9.2. Quando a extinção ocorrer com base no art. 137, §2º, sem que haja culpa da **CRENCIADA**, será esta ressarcida dos prejuízos regularmente comprovados, na forma do art. 138, §2º, da Lei n.º 14.133/21.

9.3. A extinção do Contrato poderá ocorrer, também, de forma amigável, nos termos do artigo 138, II, da Lei n.º 14.133/21.

### 10. CLÁUSULA DÉCIMA - DA PROTEÇÃO DOS DADOS PESSOAIS

10.1. O **CONTRATANTE** e a **CRENCIADA** se comprometem a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, informados como condição para participar de PROCESSO ADMINISTRATIVO ou ser contratado pela Administração.

10.1.1. As informações constarão no processo administrativo e serão objeto de tratamento por parte da Administração Pública Municipal, fazendo parte do referido processo de contratação mediante ao fornecimento de consentimento pelo titular (artigo 7º da Lei n.º 13.709/2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais), para o atendimento de sua finalidade pública, na persecução do interesse público, com o objetivo de executar as competências legais ou cumprir as atribuições legais do serviço público (artigo 23 da Lei n.º 13.709/2018).





10.2. O eventual acesso, pela **CREENCIADA**, às bases de dados que contenham ou possam conter dados pessoais, implicará para a **CREENCIADA** e para seus prepostos – devida e formalmente instruídos nesse sentido – o mais absoluto dever de sigilo.

10.2.1. Qualquer não cumprimento das disposições legais relativas à proteção de Dados Pessoais pela **CREENCIADA**, seus funcionários, ou terceiros autorizados, acarretará a imposição de pena de multa de até 2 % (dois por cento) do faturamento da empresa, a ser aplicada pela autoridade nacional de proteção de dados, na forma do artigo 52, inc. II, da Lei n.º 13.709/18.

## 11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DOS TRIBUTOS, DAS DESPESAS E DO DOCUMENTO FISCAL

11.1. Constituirá encargo exclusivo da **CREENCIADA** o pagamento de tributos, custos e emolumentos decorrentes da execução deste Contrato, bem como de quaisquer despesas decorrentes da sua formalização, na ocasião da emissão da Nota Fiscal.

11.2. A Nota Fiscal ou outro documento fiscal correlato deverá ser emitido ao Município de Vitor Meireles/SC, CNPJ sob o n.º 79.372.520/0001-85 e ter a mesma Razão Social e CNPJ dos documentos apresentados por ocasião da habilitação, contendo ainda número do processo de credenciamento.

11.3. Quando for emitido o documento fiscal, a **CREENCIADA** deverá enviar e-mail para [nfe@vitormeireles.sc.gov.br](mailto:nfe@vitormeireles.sc.gov.br) do referido documento, imediatamente após a emissão do mesmo.

11.4. A apresentação do documento fiscal que contrarie essas exigências inviabilizará o pagamento, isentando o CONTRATANTE do ressarcimento de qualquer prejuízo para a **CREENCIADA**.

## 12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA DESPESA

12.1. As despesas decorrentes deste Contrato correrão à conta do orçamento do exercício de 2026.

## 13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA CESSÃO OU TRANSFERÊNCIA.

13.1. O presente Contrato não pode ser objeto de cessão ou transferência, a qualquer título, no todo ou em parte.





#### 14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA PUBLICAÇÃO DO CONTRATO

14.1. O **CONTRATANTE** providenciará a publicação do extrato deste Contrato no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), no prazo estabelecido no artigo 94 da Lei n.º 14.133/21.

14.2. Após a publicação do presente instrumento será disponibilizada no Portal da Transparência do município de Vitor Meireles/SC.

14.2.1. Se houver, a via física original da **CRENCIADA** ficará disponível para retirada no Departamento de Licitações e Contratos, pelo prazo de até 30 (trinta) dias a contar da publicação, e será descartada após esse prazo.

#### 15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - CONDIÇÕES GERAIS

15.1. O presente termo de contrato é ajustado na forma de contratação direta, com fundamento no art. 79 da Lei n.º 14.133/21, conforme justificativa constante do processo.

15.2. Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei n.º 14.133/2021, recorrendo-se à analogia, aos costumes e aos princípios gerais do direito.

#### 16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORO

16.1. O foro do presente Contrato será o da Comarca de Presidente Getúlio/SC, excluído qualquer outro.

E, por estarem justas e contratadas, as partes firmam o presente Instrumento contratual em 03(três) vias de igual teor, na presença de 02 (duas) testemunhas abaixo.

Vitor Meireles/SC, data.

---

**PREFEITURA  
CONTRATANTE**





PREFEITURA MUNICIPAL

# Vitor Meireles

Gabinete do Prefeito

---

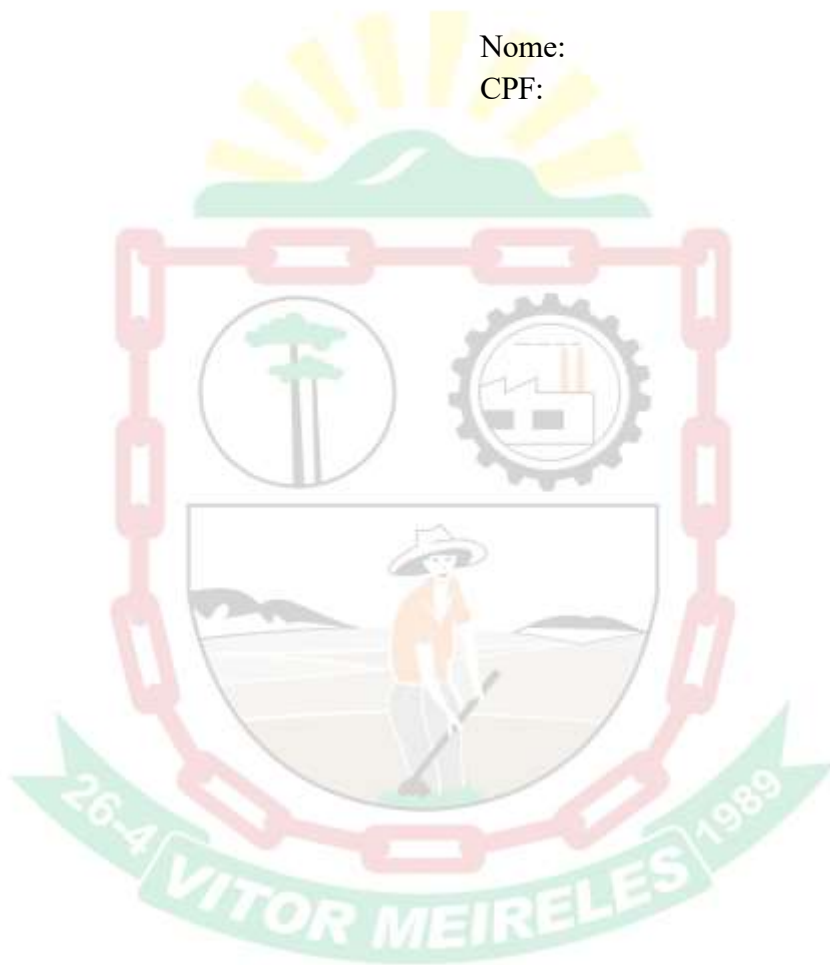
## CRENCIADA

Testemunhas:

---

Nome:  
CPF:

Nome:  
CPF:



ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 29/01/2026 10:54 -03:00 -03  
PARA CONFERENCIA DO SEU CONTEUDO ACESSAR: <https://c.ipm.com.br/pct1ea65b76896>

